CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata nº 05/2025

Ata da Assembleia Geral Ordinária do **Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS**, realizada no dia 15 de abril de 2025, as 9h, no auditório da Rua Dom Pedro, 25 Centro, com a presença de conselheiros, convidados, e da Secretária Executiva Sra. Adelma, conforme lista de presença abaixo:

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIO 2025			
CONSELHEIROS	**REPRESENTATIVIDADE**		
FILIPE AUGUSTO REZENDE	TITULAR	GOVERNO - SEDS	P
WELLINTON CÂNDIDO DA SILVA	SUPLENTE	GOVERNO - SEDS	P
MARIA ANUNCIAÇÃO DE JESUS LOURENÇO	TITULAR	GOVERNO - SMS	P
RENATA RODRIGUES CORDELLA	SUPLENTE	GOVERNO - SMS	***
ANGÉLICA EGLER GRAÇA GOMES	TITULAR	GOVERNO - SEDUC	P
KELLY MARIA GONZAGA DE QUEIROZ URSINI	SUPLENTE	GOVERNO - SEDUC	***
CAIO DOS SANTOS DO NASCIMENTO	TITULAR	GOVERNO - SEMES	P
ALEXSANDER JOSÉ GUEDES	SUPLENTE	GOVERNO - SEMES	***
LEONARDO RODRIGUES DE MORAES	TITULAR	GOVERNO - SECULT	F
MARCELO LATTANZI RAMIRES	SUPLENTE	GOVERNO - SECULT	F
MARCIA REGINA SILVA DO VALE	TITULAR	GOVERNO - COHAB	***
FERNANDA DA SILVA MUNIZ	SUPLENTE	GOVERNO - COHAB	P
WENDRYO SALGADO MACHADO	TITULAR	GOVERNO - SESEG	P
ANA CAROLINA DA SILVA COSTA EMILIO	SUPLENTE	GOVERNO - SESEG	***
ITIEL PEREIRA DE ARAÚJO FILHO	TITULAR	GOVERNO - SEFIN	J
ANA PAULA DOS SANTOS	SUPLENTE	GOVERNO - SEFIN	F
VERA LUCIA DE OLIVEIRA	TITULAR	GOVERNO - SETUR	P
ANA CAROLINA TANI KADER	SUPLENTE	GOVERNO - SETUR	***
MATEUS TAVARES BATISTA	TITULAR	GOVERNO - SEMAM	F
FABIANA DA COSTA MOREIRA	SUPLENTE	GOVERNO - SEMAM	F
DAYSE DA SILVA GONÇALVES	TITULAR	GOVERNO - SEMAM	F
DENISE DA SILVA RODRIGUES CUSTÓDIO	SUPLENTE	GOVERNO - SEMAM	F
REBECA COFFANI MAHFUZ	TITULAR	GOVERNO - SECC	P
AMANNDA KYSLLA TORRES DE LIMA	SUPLENTE	GOVERNO -SECC	***
PROVIVER OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	***
ASSOCIAÇÃO EQUOTERAPIA – RITA HENRIQUES	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
PIA SOCIEDADE MISSIONÁRIOS DE SÃO CARLOS	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
ASILO DE INVÁLIDOS DE SANTOS – CASA DO SOL	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	***

CENTRO DE APRENDIZAGEM E MOBILIZAÇÃO PROFISSIONAL CAMPS	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
SOCIEDADE AMIGA DOS POBRES – ALBERGUE NOTURNO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTOS APAE	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
NAPNE – ASSOSSIAÇÃO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
KATIA AYRES DOS ANJOS	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
PAULO CEZAR SIMONI	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
DEYSE FERREIRA DE ANDRADE	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
SANDRA REGINA AFONSO MENDES PAIS	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
MARCIA DE BARROS LIMA SANTOS	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
VAGO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***
EDIVANIA SILVA DOS SANTOS	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
VAGO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***
ROGÉRIO APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F
FRANCISCO PAULINO DA SILVA	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F
ALAÍDE MARIA DE OLIVEIRA	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	P
VAGO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
JAIR ROBERTO DE OLIVEIRA TEIXEIRA	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F
VAGO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
MARIA ANUNCIADA DE ANDRADE	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F
VAGO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***

Aos quinze de abril de 2025, teve início às 9h, na Rua Dom Pedro II, n. 25 Centro a Assembleia Geral Ordinária do CMAS. A mesa diretora estava composta pelo presidente Filipe e pela vice presidente Kátia. Houve a ausência justificada da 1ª secretária Fernanda. A primeira pauta disse respeito a aprovação da ata anterior que foi alterada pela vice presidente tendo em vista a manifestação sobre o recebimento de documento no CMAS que, no ano de 2023, já apresentava denúncias em relação as relações de trabalho e as condições de precarização de serviços, recebido pela antiga gestão do CMAS. Após manifestação do pleno, esta ata foi devidamente APROVADA. A segunda pauta referia-se

ao Cofinanciamento estadual (FEAS) e a aprovação do colegiado para o recebimento do valor estadual referente ao Benefício Eventual que para o ano de 2025 será repassado ao município o valor de R$ 107.830,80. Segundo Sra. Wanise, coordenadora de finanças da secretaria, no ano de 2024 a SEDS recebeu do governo do Estado a quantia de R$ 213.600,00 para Benefício Eventual e utilizou para pagamento de auxílio moradia, sendo utilizado também recursos do Fundo Municipal no valor de R$ 302.740,00 (total de R$ 516.340,00). Para 2025, a gestão fez a proposta do uso do recurso pagamento de auxílio moradia novamente. A conselheira Kátia comentou que a Gestão precisaria definir os valores do benefício e as dimensões junto aos trabalhadores, que também precisam ter compreensão sobre o Benefício Eventual (caráter eventual e não permanente), pois são os profissionais que atendem as famílias e sabem deliberar sobre serviços, benefícios e transferências de renda, contudo que a finalidade de eventuais seja respeitada; que o mau uso do recurso pode inviabilizar repasses ou acarretar devoluções. A conselheira Márcia informou que o CMAS pode deliberar sobre esse benefício (por força de normativa) alterando a Resolução Normativa que vige, e que a SEDS precisa apresentar o resultado da enquete que fez com trabalhadores em 2024, bem como elaborar um Plano Municipal para Benefícios Eventuais; que a situação irregular se estende há muito e que a SEDS não cria e nem provoca o debate junto aos trabalhadores, nem tão pouco sinaliza para este CMAS suas possiblidades em relação às ofertas das 4 modalidades do eventual. Que o CMAS irá resolver a questão com a publicação de nova resolução normativa e que a SEDS receberá do colegiado as proposituras. Houve a APROVAÇÃO por parte do pleno e este pedido de cofinanciamento deverá seguir para o governo do Estado, como fora proposto pela Gestão (auxílio moradia). O presidente mencionou que entrou em diálogo com trabalhadores da gestão e se acercou da temática “Velório Social” que não seria um benefício da SEDS, mas sim da coordenação de cemitérios. A terceira pauta disse respeito a revalidação de inscrições de OSC. Os conselheiros Paulo e Edivânia apresentam ao colegiado as informações sobre as prestações de serviços, de execução indireta. O Asilo de Inválidos de Santos - Casa do Sol CASA DO SOL foi a primeira a ser analisada. Trata-se de uma entidade que com oferta de Instituição de Longa Permanência-ILPI, com capacidade para 120 idosos sendo 28 vagas conveniadas a SEDS e fica localizada na Avenida Santista s/n no Morro da Nova Cintra. Os representantes da instituição estavam presentes, Sr. Antônio e Sra. Fabiana

para prestar informações. Segundo Sra. Adelma a análise foi somente documental, não sendo realizado visita de fiscalização. A última visita realizada a entidade foi no ano de 2024. Sr. Antônio disse estar enfrentando desafios como as solicitações de vaga por medida judicial, sobretudo para pessoas com menos de 60 anos (um critério que deveria ser respeitado), além disso a insistência para a celeridade da inclusão dos idosos, prejudica o processo, pois existem critérios de elegibilidade e a necessidade de captação de documentação e exames, que são necessários e nem sempre fáceis de serem agilizados / conseguidos. O presidente Filipe informou que o CMAS precisaria debater essas demandas provenientes da política de saúde (SUS) uma vez que ações intersetoriais precisariam ser pensadas, caso contrário o SUAS ficará com essa exclusividade, arcando com toda a obrigação de fazer. Outras temáticas em relação a pessoa idosa foram debatidas como: as especialidades que uma OSC deve dispor; a questão de idosos com espectro autista; vagas para convalescência; idosos aguardando vagas em hospitais (internação continuada por motivo de ausência de serviços). A conselheira Kátia lembrou que houve iniciativa do CMAS para restabelecer o diálogo com o Conselho Municipal de Saúde, no enfrentamento a alta médica e desospitalização de cidadãos que não possuem referência domiciliar e nem apoios; ela insiste na necessidade de debater com seriedade a política do cuidado para esses segmentos que precisam contar com serviços para o momento de desproteção social; que a gestão possuía representante nessa comissão e que essa ação precisaria ser retomada. Sra. Adelma informou que algumas vagas para acolhimento de pessoa idosa, por solicitação judicial, grau 03, estão sendo viabilizadas a partir de contrato com empresa privada, que presta esse serviço privado, como é o caso da Casa de Repouso Santa Paula, que não possui regulação por parte do CMAS por não ser uma OSC, e isso seria matéria para um debate importante na cidade, pois este CMAS não consegue saber sobre essa prestação de serviços, mas as demandas estão crescendo, estando a informação sobre essas contratações no portal da transparência. Sr. Antônio disse que o termo “inclusão imediata” - que o MP ou Juízo determinam, têm criado problemas de ordem financeira para as OSC, pois até que o contrato fique pronto, a instituição já está acolhendo esse cidadão-usuário há muito, e depois a OSC precisa acionar o executivo para poder receber os valores que ficaram pendentes. A instituição também está solicitando cofinanciamentos da área da saúde, informou Antônio. A revalidação foi APROVADA. A segunda instituição a solicitar a

revalidação foi a Associação Beneficente de Assistência Social ao Excepcional – ABASE, que fica na rua Luís de Camões, 62 e atende a pessoas com deficiência e idosos na modalidade Centro DIA. Ao receber o cofinanciamento da SEDS, implementou a equipe de RH, regularizando também as contratações (CLT) e ampliou recursos materiais. Atualmente a instituição atende 30 pessoas por turno. Alguns cidadãos usuários dos serviços ficam na instituição pelo período integral e existe uma fila de espera de aproximadamente 45 pessoas. Tendo em vista as adequações realizadas o pleno APROVOU a revalidação de inscrição. A terceira instituição analisada foi o Centro Espirita Beneficente 30 de Julho, que fica na rua Senador Feijó. A oferta é destinada ao atendimento a pessoas com deficiência e a preparação para a integração ao mundo do trabalho. São 86 cidadãos que participam das atividades, cuja média de idade varia entre 16 a 40 anos. As oficinas dizem respeito a educação para desenvolverem “habilidades para o trabalho”; preparação para a vida adulta; ir e vir com autonomia, dentre outras ações. Existe uma parceria com o SENAI e a instituição contabiliza, como resultado, cerca de 34 pessoas incluídas no mundo do trabalho. Houve apontamento em relação aos encaminhamentos para a instituição, pois segundo a representante, a SEDS não faz encaminhamentos da rede pública para a instituição (via CRAS / CREAS) o que pode significar: ou que os serviços socioassistenciais não possuem essas demandas, ou que a questão da pessoa com deficiência não está sendo priorizada no serviços do SUAS na rede pública, segundo a conselheira Márcia, que sugere que essas demandas de PCD e IDOSO (em instância de básica ou média complexidade), ficam apenas sob atenção da rede de execução indireta. Após a apresentação o plenário decidiu pela APROVAÇÃO da revalidação da inscrição. A próxima instituição analisada foi a OSC PIA Sociedade dos Missionários de São Carlos - Stella Maris Santos, e estava presente sua representante que falou sobre a história da instituição e das propostas que desenvolve. Essa instituição nasceu por volta de 1886 afim de tratar das questões relativas a trabalhadores portuários, pescadores, embarcados e clandestinos que chegavam aos portos. Assim havia a preocupação em apoiar os refugiados / imigrantes, tornando-se uma instituição de referência para o atendimento aos estrangeiros. A cidade de Santos (área pública) nunca ofertou esses serviços como obrigação de fazer, então sempre restou para a OSC. Em Santos essa instituição nasceu em 1971. A estratégia de intervenção consiste em visitar navios, verificando a situação das pessoas que estão em vulnerabilidade ou riscos sociais,

dadas as inúmeras violações de direitos que um sujeito vivencia, estando nessas condições. Em 2024, três situações mais graves foram acompanhadas pela OSC, onde houve a intervenção da Polícia Federal, daí o acompanhamento e os encaminhamentos devidos para outros serviços, afim de resolver as situações. Um exemplo de atenção feita pela OSC foi comentado pelo Sr. Alexandre, trabalhador do SEACOLHE AIF, que relatou sobre um homem nigeriano que teria sido atendido na casa de passagem e ele gostaria de saber qual o protocolo para encaminhamento. A representante da OSC, Sra. Marilene disse que existe uma rede de serviços e contatos que a OSC possui, além de uma Casa do Imigrante em SP; outro exemplo foi o do homem que veio parar em Santos sendo da Moldávia, que por conta da guerra entre países (Rússia / Ucrânia) esse sujeito não consegue retornar para a origem. Após a explanação, o pleno APROVOU a revalidação da inscrição. O presidente deu por encerrada a pauta e informou que as OSC têm prazo até 30 de abril para solicitar revalidação. A quarta pauta disse respeito aos relatos das Comissões sendo que a primeira a se manifestar foi a Comissão de Finanças. A conselheira Kátia informou que por falta de quórum, a reunião teve dificuldade para analisar os trabalhos, contudo debateram o atraso do recebimento de prestações de conta (tema emblemático no CMAS) cuja metodologia de entrega para o CMAS precisaria ser repensada; falou ainda sobre o cofinanciamento do FEAS para benefícios eventuais e por fim sobre o grande atraso da prestação de contas por conta do governo federal, que recebemos oficio do MDS para regularização de contas do tempo do financiamento para COVID; que a Sra. Wanise acelerou as prestações em atraso, mas não houve quórum na reunião da comissão, não foi realizada a análise. Pela Comissão de Política, o conselheiro Paulo informou sobre três visitas que irão realizar no próximo mês: CASA DIA, EQUOTERAPIA E CCEV. Foi realizado duas visitas na rede direta: Abrigo Emergencial e CRESA ZL. Quanto ao abrigo emergencial, disse-nos que a finalidade é o acolhimento de pessoas para a pernoite, existe a distribuição de alimentos e higienização. Os cidadãos usuários, somente homens, recebem um kit para higienização e levantam as 6h da manhã e recebem café, após são convidados a sair e orientados caso queiram a permanência no sistema, a irem ao Centro POP. O limite de vagas é de 49 pessoas e não existe intervenção de equipes técnicas. Os operadores sociais trabalham em regime de plantão. O prédio, por ser tombado pelo patrimônio histórico, não pode ser alterado. Não existe acessibilidade e nem elevadores. O espaço precisa de reparos e limpeza,

principalmente o canil que está com aspecto de abandonado. Existe um fluxo para o ingresso na Casa, ou seja, a equipe de abordagem social fica responsável pelo encaminhamento através do 153. A conselheira Kátia comentou que a cidade de Santos precisaria implementar mais serviços desse tipo, sobretudo em tempo de inverno, pois devemos considerar o aumento dessa demanda nas ruas da cidade. Sra. Adelma informou que esse serviço iniciou com o objetivo de ser emergencial (tendo em vista o inverno) mas acabou mantendo-se. Sr. José Amado disse que a cidade precisaria aumentar / ampliar esse tipo de serviço, pois existe a falta de vagas para todos que necessitam desse serviço. A conselheira Angélica disse que se deve ampliar a equipe de abordagem social na cidade, pois a existente não consegue dar conta de todos os territórios. Sobre a visita no CREAS ZL, foi informado pela chefe do administrativo que possuem 348 famílias cadastradas, e que os trabalhadores noticiaram para a SEDS sobre graves problemas na infraestrutura e a necessidade de mudança do prédio – que estava prevista, mas o secretário renovou por mais 12 meses a locação do imóvel, que não serve aos interesses e as necessidades do trabalho e dos trabalhadores. Sra. Wanise informou que sobre essa locação, o secretário Elias teve a intenção de locar outro imóvel, mas que teria sido locado para outra pessoa, que ele teria discordado de o CREAS permanecer no mesmo local, mas depois – diante da negativa, teria revisto a decisão e mantido por mais 1 ano a locação do imóvel. Que os problemas persistem e que dificulta o exercício funcional do trabalhador e prejudica a qualidade da prestação de serviços ao cidadão usuário. Muitos foram os reclamos por parte da equipe como o não funcionamento da copa; a equipe está se revezando em turnos de trabalho; que existe lista de espera para ingressar no serviço de Medida Socio Educativa (30 pessoas) e ILPI (98 pessoas); não existe acessibilidade para PCD; houve exoneração de trabalhadores; existe a falta de RH (equipes desfalcadas – necessária a implementação); que só existem duas salas para atendimento individual – que preserve o sigilo (o ideal seriam 4 salas); que houve roubo de fiação em dezembro de 2024, mas até o momento (abril) não houve conserto, dentre outros. Quanto ao imóvel, o proprietário teria pedido a devolução em março de 2025, pois este prédio será demolido para ser incorporado ao terreno de uma nova construção que está por iniciar. A conselheira Kátia disse que, diante das circunstâncias, e com o histórico dos ocorridos (denúncias) o CMAS deve manifestar-se. A conselheira Márcia questionou sobre a demora para a SEDS tomar medidas contra situações tão graves que impactam no

resultado do SUAS na cidade; que trabalhadores exercem função pública e estão vivendo há muito tempo a precarização das relações e condições de trabalho; que todas as manifestações que o CMAS faz junto a SEDS (como co gestor e regulador da política) não são respondidas e que o diálogo franco entre CMAS e Gestão inexiste, o que prejudica a existência do controle social, como exemplos, a questão do benefício eventual ou mesmo do monitoramento das deliberações conferenciais. Que a SEDS precisa saber e reconhecer esses apelos do colegiado e responder, planejar e agir a favor do SUAS municipal, cujo destinatário é o cidadão-usuário de serviços socioassistenciais, aliás um direito social reclamável que deve ser planejado, permanente e continuado. A conselheira Anunciação disse que o assistente social não pode ser lesado quanto a possibilidade de exercer adequadamente a sua profissão, ou seja, que ele possui um Código de Ética que o resguarda e obriga o empregador a garantir condições adequadas para a intervenção profissional, sobretudo dispor de espaço que permita atendimentos a preservação do sigilo. Sobre o CREAS ZN, o CMAS recebeu por e-mail um documento que trata dos constantes atrasos de repasse de transferências de renda / benefícios. Sra. Wanise recebeu um grupo de representantes do serviço para ver a possibilidade de acertar prazos fixos para o recebimento dos benefícios pelos cidadãos usuários. A conselheira Márcia sugeriu a emissão de ofício para SEDS com os devidos documentos elaborados pelos trabalhadores e o pedido de providências. Que uma MOÇÃO DE REPÚDIO fosse elaborada, pois este CMAS não consegue garantir que sua regulação – à bem da implantação e implementação dos serviços, e da consecução dos objetivos do SUAS municipal, seja realizada pela gestão. Que esse processo de precarização perdura há muito e que as deliberações conferenciais de 2023 (10 deliberações prioritárias) ainda carecem de medidas que as consolidem, haja vista o status das deliberações – que foram respondidas pela gestão em 2024. O presidente Filipe perguntou para o pleno se uma MOÇÃO DE REPÚDIO poderia ser aceita, elaborada e encaminhada para a SEDS e o pleno APROVOU. A conselheira Deyse disse que, a situação dos trabalhadores tem se agravado e que os mesmos deveriam estar presentes nas assembleias, mas não comparecem; que todos estão vivendo “uma bola de neve” que pode estourar a qualquer tempo e que a situação de CREAS é grave. Sr. José Amado disse que deveríamos enviar esses documentos para a Câmara dos Vereadores para fortalecer os grupos e garantir algum movimento de mudança. Sobre a Comissão de Legislação relatou

a conselheira Márcia, que reiterou a questão do benefício eventual na cidade e o desinteresse da gestão em garantir as 4 modalidades, restringindo-se ao auxílio moradia. Que o CMAS possui o condão para elaborar a resolução normativa, conforme ofício enviado a SEDS, pois a resolução que vige não contempla tudo que a lei de benefícios eventuais, aprovada em 2023 dispõe. Que outras pautas dessa comissão não chegaram a bom termo (como o monitoramento e avaliação das deliberações, ou o protocolo de denúncias) e que a comissão sugere que a gestão elabore para 2025, planos municipais como: PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PLANO MUNICIPAL DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS, PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE, dentre outros. Pela Comissão de Instância falou a Sra. Adelma, que informou sobre as questões sociais que se abatem sobre os territórios e são pautas para essa comissão. A reunião foi no território do Rádio Clube. Que a relação com as escolas municipais e estaduais é necessária, pois muitas temáticas têm surgido na cidade e que precisam ser enfrentadas como: crianças acompanhadas pela saúde mental, a falta de monitoria nas escolas, ausência de capacitação profissional por parte das equipes, reivindicação das mães por melhores e adequadas condições junto ao MP / juízo, a questão do cadastro único e suas condicionalidades e a lista de espera para cadastro único dentre outros. Infelizmente alguns setores preponderantes para o debate (como a Cohab ou o DRE) não estavam presentes nessa última reunião. Existe a dificuldade para se realizar esse debate na cidade. As representantes das OSC que lidam com PCD se manifestaram e disseram que esse debate (crianças com questões de saúde mental e a necessidade de serviços especializados) é antigo em Santos e que para os casos de TDH e Dislexias “não existe o que fazer” pois o entendimento equivocado sobre essas demandas afeta a prestação do serviço para essa população. Elas alegam que “por não serem PCDs” os alunos com TDH / Dislexia não tem direito ao mediador, intervenções específicas para o trato/cuidado, contudo (mesmo “não sendo” PCDs) elas apresentam muitas dificuldades na escola que não são levadas em consideração, no sentido de se desenvolverem políticas públicas específicas na cidade. Na verdade, essas pessoas não são consideradas PCD, mas apresentam muitas dificuldades na aprendizagem. Não existem serviços de apoio. Havia um serviço que acompanhava a criança até completar 01 ano, mas não existe mais. No caso de TDH, eles não possuem direitos como um PCD, mas existe a necessidade de um Plano Municipal que contemple

esse acompanhamento. Informaram que jovens com TEA (transtorno do espectro autista) estão conseguindo suportes, pois os pais estão ingressando com ações judiciais e conseguindo os serviços adequados. Esse debate carece de enfrentamentos maiores que devem ser feitos na cidade. Sobre a GT da Conferência, o presidente Filipe participou da primeira pré-conferência que foi realizada em 11/04/25, no Jardim São Manoel e ele agradeceu a organização do evento, parabenizou trabalhadores e cidadãos usuários de serviços que participaram. Sra. Adelma disse que 18 pré-conferências iriam acontecer até o dia 15/05/25 e conclamou a presença de todos. Que a Conferência municipal irá acontecer em 04 e 05 de julho de 2025 e que todos os informes estão sendo repassados. A quinta pauta disse respeito aos INFORMES GERAIS. A conselheira Anunciação informou sobre a ocorrência de Conferência municipal da pessoa idosa; O conselheiro Paulo falou sobre sua participação no COMAD cujo tema conferencial será: “Drogas, tecnologia e natureza: onde isso vai parar?” mas alegou existir esvaziamento naquele colegiado; O presidente Filipe informou sobre o recebimento de documento de denúncia por parte dos trabalhadores (e também o documento recebido pelo MDS) que versava sobre os serviços para POP RUA (população em situação de calçada) como: racionamento de alimentos em serviços; precarização das condições de trabalho; impacto aos cidadãos usuários; frágil vínculo de confiança entre cidadãos, trabalhadores e gestão; além de críticas pessoais ao atual secretário municipal. Diante disso, leu o documento na íntegra e pediu posicionamento do colegiado. A assistente social do NAI, Sra. Lucia, manifestou-se e disse que serviços estariam sendo unificados e que isso era prática equivocada, como exemplo, a transferência do serviço de República para o NAI - que disporia de apenas duas salas para a República, contudo uma das salas estaria inadequada para uso precisando de reformas / consertos como exemplo a existência de goteiras. As conselheiras Márcia e Kátia falaram sobre a falta de diálogo entre CMAS e SEDS, bem como a reiteração de ofícios que o CMAS faz, muitas vezes sem resposta. Houve a menção sobre a necessidade de chamar o Sr. Secretário Elias para participar das reuniões de AGO e garantir o repasse das informações / do planejamento da gestão. O conselheiro Paulo alegou que o CMAS tem feito o seu papel, ou seja, conhecer dos fatos e noticiar, e que se espera de todos os outros serviços, que haja a mesma obrigação. A conselheira Kátia disse que existe a necessidade de “filtrar”(ou seja, a diretoria se debruça em relação as pautas antes de socializar com o pleno) os assuntos que devem

ser levados ao Pleno pois existe a possibilidade de serem resolvidos em diretoria executiva, mas que no caso da manifestação dos trabalhadores da SEDS, houve um disparo dessas denúncias para vários órgãos e serviços e que o CMAS não deliberou sobre esses envios. Questionou qual seria o próximo passo deste colegiado diante de tudo o que foi apresentado. O presidente informou que, após a emissão de ofícios para a SEDS - perguntando sobre providências, tanto a SEDS, quanto a Câmara de Vereadores (comissão parlamentar de seguridade social) deveriam ser consultadas para dizer sobre as providências que cada qual estaria tomando para alterar essas situações. Que esses documentos deveriam seguir também para o Ministério Público que já estaria a par das situações, pois a cópia do documento dos trabalhadores demonstra para quais serviços foram encaminhados, então seria dever desse CMAS também informar o que sabe sobre essas condições e pedir providências. Que a vereadora Débora Camilo estaria acompanhando mais de perto essas situações e deveria ser consultada. A sexta pauta disse respeito às VACÂNCIAS para Comitê Gestor Intersetorial para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância. Não houve conselheiros interessados; com possibilidade de desistência deste CMAS em compor esse Comitê pela falta de representantes por longo período. A sétima pauta tratou dos INFORMES DO GESTOR. O presidente disse sobre o Comitê Intersetorial de serviços de Criança e Adolescente que se formou na cidade, em enfrentamento ao trabalho infantil cujo objetivo seria realizar um estudo ampliado para analisar o trabalho infantil no município e criar estratégias de intervenção municipal, sendo Felipe e Kátia representantes do CMAS nesse comitê, que está sob coordenação do secretário Elias. Em relação aos ASSUNTOS GERAIS, o representante da entidade CACTOS, pediu a fala para falar de Comunidade Terapêutica (que não é ação preponderante no âmbito da política de assistência social) e acabou compartilhando denúncias graves sobre a gestão e o planejamento da entidade, dentre elas: existência de inquéritos policiais (falsificação de termo de voluntariado); maus tratos aos internos; ausência de recursos materiais / infra estruturas; roubo da energia da RUMO (empresa) para uso na unidades; fechamento da “fazenda” (local para acolhimento/tratamento) desde maio de 2024; pessoas em abandono; inspeção da vigilância sanitária; roubo de carga dos trens (grãos) alocados no carro do presidente; fraude em documentação (balanço) para receber emenda parlamentar municipal no valor de 311 mil reais (pelo pedido de 6 vereadores) para aquisição de mobiliário e veículo (que custou 100

mil reais) sendo um veículo da marca Montana que está sem identificação e que serviria ao transporte de internos, mas a finalidade fora desviada. Concluiu sua fala dizendo que, como diretor, está apresentando a situação em todos os conselhos direito, para que toda a cidade pudesse saber dos ocorridos, e que estará tentando adequar a documentação da entidade para solicitar inscrições e convênios nos setores públicos na municipalidade, afim de modificar essa situação e seguir com o projeto de reabilitação para usuários de substâncias químicas na cidade. Sem mais assuntos, a reunião é encerrada. Registrei e assino, conselheira Márcia Barros.